



OVER Pharma
life overall

2018

RELATÓRIO
& CONTAS

A close-up photograph of surgical instruments on a green cloth. In the foreground, a white plastic component with a green cap is visible. In the background, a yellow-handled instrument and a metallic cylindrical object are out of focus.

INDICE

Mensagem
da Gerência | 01

Relatório
de Gestão | 02

Informação
Societária | 03

Informação
Financeira | 04

Relatórios
de Fiscalização | 05



Mensagem
da Gerência | **01**

01

MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados Parceiros,

Estamos perfeitamente conscientes das dificuldades sentidas ao longo deste ano e clara noção do seu impacto, em 2018, por motivos cuja explicação detalhada se encontra no capítulo "Atividade da Empresa". Verificou-se uma perda significativa do volume de vendas no segmento de produtos farmacêuticos e também, ainda que menos expressiva, no segmento dos dispositivos médicos, segmento este para o qual havia expectativa de que o seu crescimento minimizasse parcialmente as perdas do anterior.

Este conjunto de fatores teve naturalmente expressão nos números da empresa para este ano, particularmente no que diz respeito aos resultados líquidos, os quais estiveram abaixo do que era esperado.

Importa referir que as políticas de Grupo adotadas e já em curso, irão contribuir de forma decisiva para uma rápida normalização da atividade comercial da empresa, a qual apresentará no futuro resultados em linha com o que sempre foi o seu *trend* evolutivo.

Estamos absolutamente convictos que as decisões tomadas, suportadas pelo empenho de toda a equipa e parceiros, trarão um 2019 seguramente melhor.



Relatório
de Gestão

| 02

01

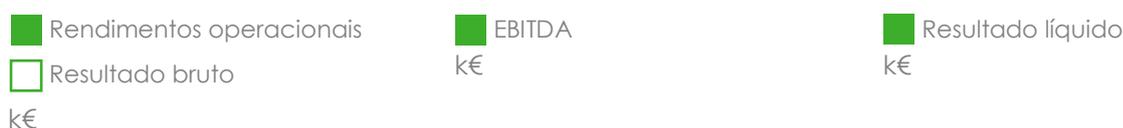
RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2018 e 2017, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02

DESTAQUES

valores em euros	2018	Marg.	2017	Marg.	Var. %
Rendimentos operacionais	10 270 206		13 114 642		-21,7%
EBITDA	658 784	6,41%	1 383 607	10,55%	-52,4%
EBIT	225 407	2,19%	1 316 336	10,04%	-82,9%
Resultados financeiros	(30 499)	-0,30%	(53 937)	-0,41%	43,5%
Resultados antes de impostos	194 908	1,90%	1 262 399	9,63%	-84,6%
Resultado líquido do período	127 956	1,25%	980 304	7,47%	-86,9%
Nº Colaboradores	34		30		4



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos, mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que

permitiu obter o aumento das vendas supracitado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está a ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e será concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e conseqüentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter sempre que possível prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão

das vendas – Chefes de Produto (CP)-, Reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em;

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.
- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo expectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfolio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Em 2018 os resultados de vendas e margem bruta foram bastante penalizados pelo segmento de produtos farmacêuticos, o qual apresentou vendas inferiores, margens mais baixas e perda de quota de mercado. Entre outras, as razões estão maioritariamente associadas à quebra de preços de venda de mercado, do qual a empresa entendeu dever demarcar-se com a consequente perda de faturação.

A cativação de despesa por parte dos hospitais, levou a que os processos de vendas em concursos existentes, tivessem uma execução bastante tardia e com uma eficácia de aquisição bastante baixa. Esta situação, foi responsável pela perda de faturação de cerca de 3 milhões de euros e consequente perda de margem operacional que se refletiu inevitavelmente nos resultados anuais.

As restantes áreas de negócio responderam em linha com o que estava previsto, não se verificando no entanto a previsão estimada para a entrada e arranque de novos segmentos, uma vez que as vendas estimados em plano para novos segmentos não foram totalmente cumpridas, o impacto compensador esperado sobre as perdas do grupo anterior também não se verificou.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

A gestão da Overpharma é orientada de acordo com a consolidação dos nossos principais valores:

Rigor na gestão

Transparência

Satisfação do cliente

Ética

Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

INTERNACIONAL

Segundo dados do Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2018 a atividade mundial manteve o ritmo de crescimento do PIB mundial, mas a expansão económica tornou-se mais diferenciada entre países. No grupo de economias avançadas, o crescimento homólogo do PIB real diminuiu comparativamente à segunda metade de 2017. Na zona euro, no Reino Unido e no Japão a atividade desacelerou, mas acelerou nos EUA. No entanto, nas economias de mercado emergentes, o PIB manteve uma taxa de crescimento elevada. Contudo, entres as diversas economias de mercado emergente a evolução económica destas também foi distinta, registando-se um crescimento forte na China e Índia, mas uma desaceleração no Brasil e Turquia.

A nível do comércio mundial de bens ocorreu uma desaceleração no primeiro semestre de 2018, apesar do ritmo de crescimento ser firme. Sendo que se observa um abrandamento das importações nas economias avançadas. As tensões comerciais aumentaram na primeira metade de 2018, devido às medidas protecionistas impostas pelos EUA e as represálias por parte dos seus parceiros comerciais, apresentando-se como risco para a evolução do comércio internacional e da atividade mundial.

O preço do petróleo apresentou alguma vulnerabilidade ao longo de 2018, sendo que nos primeiros 9 meses do ano o preço do Brent apresentou uma tendência ascendente. Esta evolução ocorreu num contexto de crescimento continuado da procura e de algumas restrições do lado da oferta, tais como a crise da produção na Venezuela e as expectativas de redução das exportações do Irão associadas à reintrodução de sanções sobre este país. O crescimento continuado, recente, e muito significativo da produção nos EUA, o maior a nível de existência e a revisão em baixa das perspectivas de crescimento da economia mundial, traduziram-se numa queda do preço do petróleo de mais de 20% durante o mês de outubro.

A nível da área do euro, no primeiro semestre de 2018, registou-se um abrandamento face ao forte crescimento em 2017, porém manteve-se um ritmo forte. A procura interna continuou a apresentar um crescimento considerável, porém as importações e exportações desaceleraram. O consumo privado apresentou um ritmo de crescimento inferior ao registado em 2017, continuando a ser suportado por condições financeiras favoráveis e pela melhoria de mercado de trabalho. O emprego continuou a aumentar no primeiro semestre de 2018, apresentando valores acima do nível mais alto atingido antes da crise no primeiro trimestre de 2008. Assim sendo a taxa de desemprego manteve a sua redução, atingindo 8,2% em julho, o nível mais baixo dos últimos 5 anos. Porém apesar desta redução ser visível na maioria dos países da zona euro, em alguns países esta taxa de desemprego mantém-se elevada.

A procura externa dirigida a Portugal no primeiro semestre de 2018 cresceu 3,4%, em termos homólogos, o que compara com 4,9% na segunda metade de 2017. Esta desaceleração refletiu sobretudo o abrandamento relativamente generalizado das importações área do euro.

A nível de projeção, a expansão da economia mundial deverá continuar a um ritmo mais moderado, num contexto de longevidade do ciclo económico e de diminuição gradual dos estímulos de política monetária e de política orçamental nas principais economias avançadas, em particular nos EUA, bem como de desaceleração gradual da economia chinesa. Espera-se a recuperação da atividade nas economias emergentes mais afetadas pelos recentes episódios de agitação financeira. De acordo com o exercício de projeção do Eurosistema, o PIB mundial deverá manter um crescimento de 3,6% em 2018 e desacelerar para cerca de 3,3% entre 2019 e 2021.

Na área do euro, a atividade deverá registar um abrandamento mais acentuado em 2018 (de 2,5% para 1,9%), refletindo a evolução nas quatro maiores economias da área. Posteriormente, é projetada uma redução mais gradual, para 1,5% em 2021, destacando-se o contributo significativo da economia espanhola para este abrandamento.

As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para uma estabilização do preço do petróleo ao longo do horizonte de projeção. Em termos médios anuais, o preço do petróleo deve diminuir de forma muito gradual posteriormente, para cerca de 66 USD/barril no final do horizonte de projeção, após um aumento muito significativo em 2018.

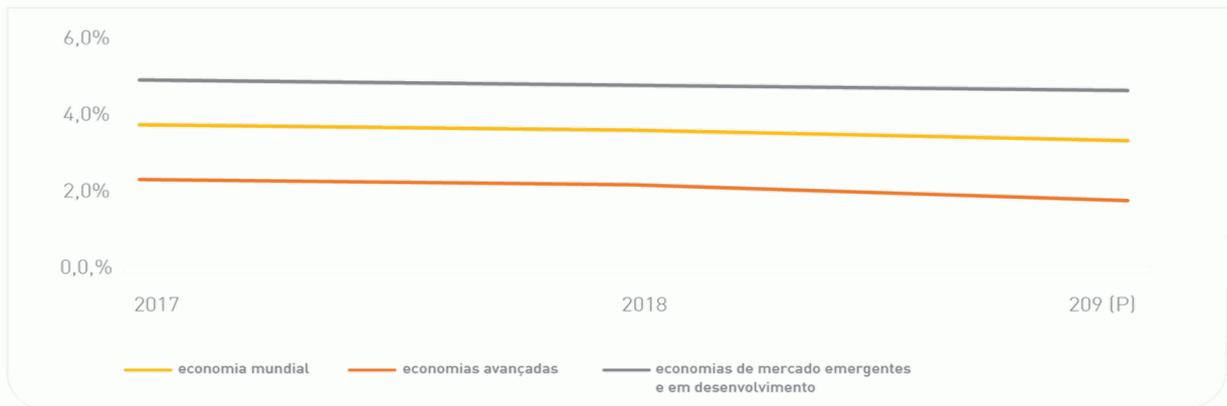
Fontes: INE; Banco de Portugal, Eurostat; FMI, 2018

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

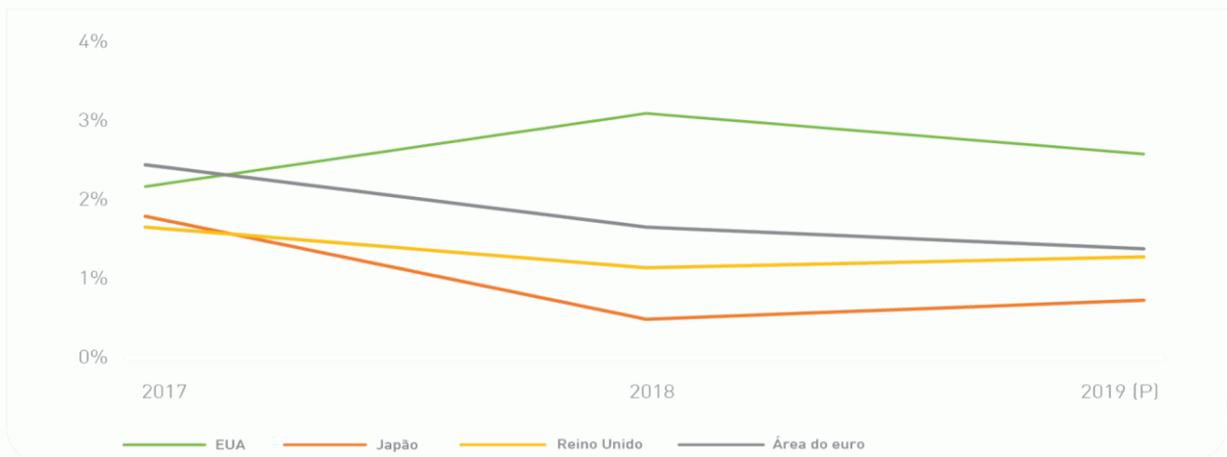
OUTUBRO 2018

	2017	2018	2019 (p)
Economia Mundial	3,8%	3,7%	3,5%
Economias Avançadas	2,4%	2,3%	2,0%
EUA	2,2%	2,9%	2,5%
Japão	1,9%	0,9%	1,1%
Reino Unido	1,8%	1,4%	1,5%
Área do euro	2,4%	1,8%	1,6%
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,7%	4,6%	4,5%
China	6,9%	6,6%	6,2%
Índia	6,7%	7,3%	7,5%
Rússia	1,5%	1,7%	1,6%
Brasil	1,1%	1,3%	2,5%

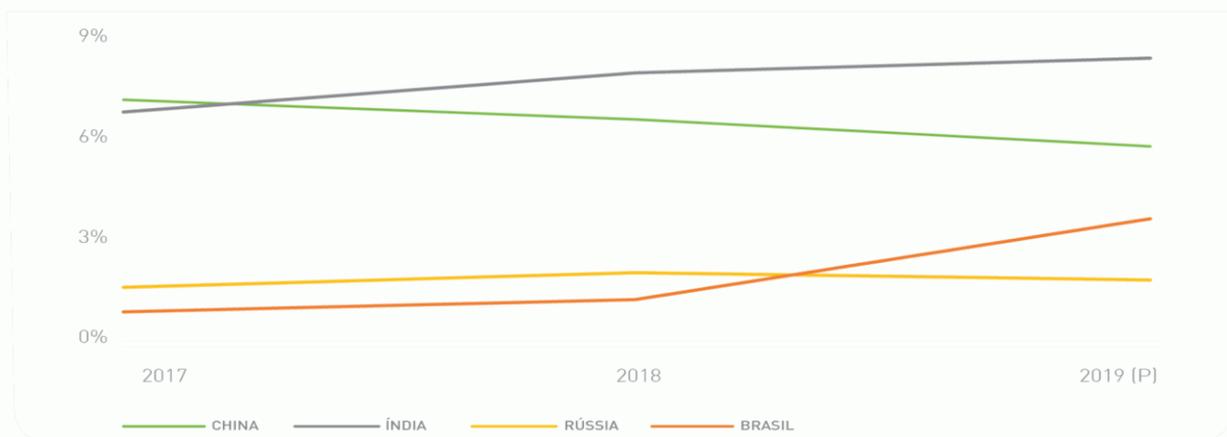
PRODUTO INTERNO BRUTO



PIB - ECONOMIAS AVANÇADAS



PIB - ECONOMIAS EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO



EM PORTUGAL

No primeiro semestre de 2018, e segundo dados do Banco de Portugal, a receita corrente cresceu em linha com o objetivo anual. Esta evolução resultou do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e a importação e das contribuições sociais efetivas que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património. O IVA, apesar de ter registado uma forte desaceleração durante o semestre, influenciada pelas alterações na cobrança de IVA sobre as importações extra-UE, registou-se um crescimento de 4,0% da receita.

Contudo, a coleta de impostos sobre o rendimento e o património registou uma diminuição explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC. De notar que estes fatores a nível da estimativa anual demonstram uma quase estabilização da receita dos impostos diretos.

A dívida pública, no final do primeiro semestre de 2018, em rácio do PIB representa uma quase estabilização face ao final de 2017, excluindo os depósitos das administrações públicas, o rácio da dívida registou um ligeiro aumento. Este nível de endividamento é um dos mais elevados da área euro. A estabilização deste rácio resulta de ajustamentos défice-dívida que contribuíram para o aumento do rácio e, em contrapartida, do impacto do excedente primário e do efeito "bola de neve".

É de notar que o ritmo a que a economia pode crescer sem gerar questões inflacionistas depende da capacidade produtiva do país. O produto potencial depende de aspetos como as estruturas da economia, a evolução demográfica ou a produtividade, o progresso tecnológico, a eficiência de utilização de recursos e também do enquadramento institucional. Porém a economia portuguesa terá de enfrentar diversos desafios para equilibrar estes aspetos, tal como a evolução demográfica devido ao país apresentar uma redução da população e o seu envelhecimento; crescimento do investimento (tanto em quantidade como em qualidade).

No entanto, a recuperação da atividade produtiva tem-se vindo a refletir na melhoria da situação do mercado de trabalho, com um crescimento robusto do emprego e uma queda bastante acentuada da taxa de desemprego.

Em termos de exportações de bens registou-se em setembro e outubro um crescimento notável, acelerando-o superando o crescimento das importações. Devido ao aumento no comércio intra-UE, destaca-se o acréscimo de material de transporte, sobretudo automóveis de passageiros. Destacam-se os acréscimos homólogos nas exportações para Itália, Alemanha e Reino Unido como principais países de destino.

As importações também aumentaram resultando da evolução em ambos os tipos de comércio, como o material de transporte, devido à aquisição de outro material de transporte, peças separadas e acessórios. Sendo os principais fornecedores os países como Alemanha, Espanha e França.

Segundo dados do INE, no primeiro semestre de 2018, o emprego registou um crescimento de 2,8%, em termos homólogos, um valor que traduz uma desaceleração de 0,5 pp face ao segundo semestre de 2017. Esta recuperação é igualmente observável na área euro, sendo particularmente marcada em Portugal e Espanha.

A economia portuguesa mantém ao longo de 2017 e 2018 uma capacidade de financiamento positiva, à semelhança do registado desde 2012. Facilmente se percebe que a capacidade de financiamento foi garantida pela poupança das sociedades financeiras e dos particulares, sendo esta suficiente para satisfazer as necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e das administrações públicas.

As projeções 2018-2021 para a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Em termos de PIB em Portugal, as projeções encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área euro pelo Banco Central Europeu, mantendo-se com níveis elevados.

O comércio internacional deverá apresentar a nível de projeção uma evolução próxima da do PIB mundial, comprometendo que exista uma estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021.

As exportações continuarão a aumentar e a ser um peso positivo no PIB, uma tendência extensível a todos os setores, destacando-se o turismo, que registou o maior crescimento acumulado. A FBCF empresarial acelerou significativamente neste período, devendo atingir no final do horizonte de projeção um nível 8% superior ao observado em 2008. Em contraste, o investimento público e o investimento em habitação permanecem abaixo da média observada antes da crise financeira internacional. O peso do consumo privado no PIB manteve-se relativamente inalterado neste período. As atuais projeções têm subjacente a continuação destas tendências, consistentes com um perfil de crescimento sustentável da economia portuguesa.

Em termos de importação, a projeção para o PIB reflete um contributo progressivamente menor das exportações em 2018-21. O contributo da procura interna líquida de conteúdos importados para o crescimento do PIB também se deverá reduzir ligeiramente ao longo do horizonte de projeção.

Após o país ter atravessado uma fase recessiva sem precedentes, a economia portuguesa deverá crescer a um ritmo superior ao potencial no período 2018-2020, tirando partido de um enquadramento internacional favorável. No entanto, persistem fragilidades estruturais que não devem ser ignoradas, traduzindo os vários desafios – demográficos, tecnológicos e institucionais – que condicionam o potencial de crescimento da economia portuguesa. A prevalência de taxas de crescimento da atividade mais elevadas, em Portugal e na área do euro, estará, por conseguinte, dependente de um maior crescimento da produtividade.

Fontes: INE; Banco de Portugal, Eurostat; 2018

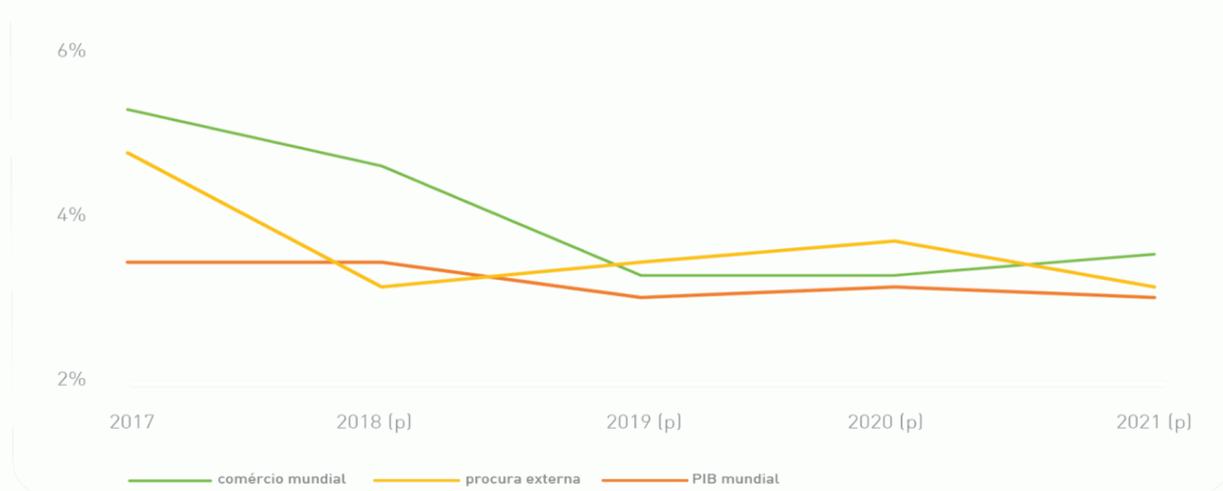
PROJEÇÕES BANCO DE PORTUGAL

DEZEMBRO 2018

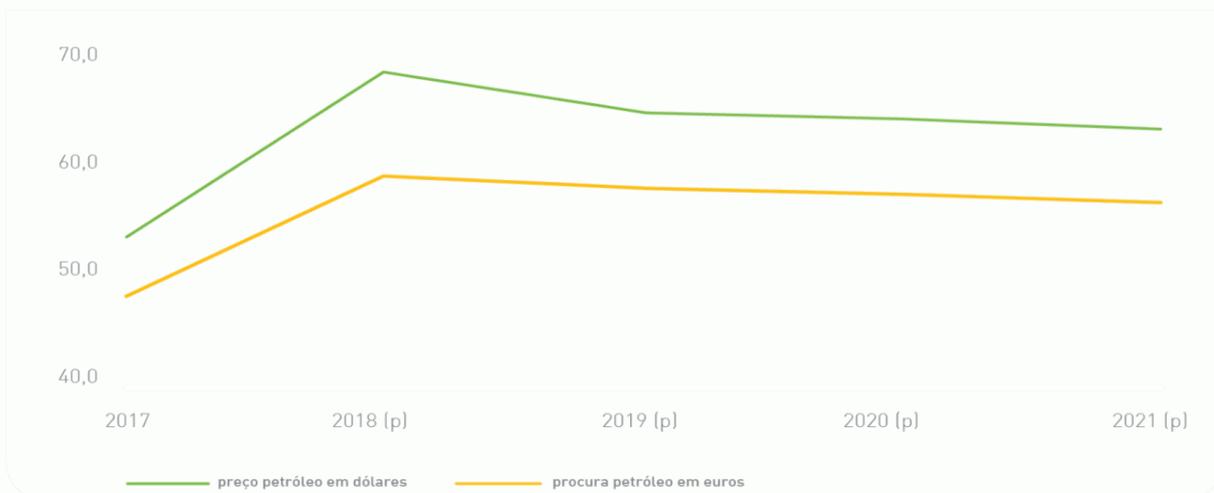
		2017	2018	2019 (p)	2020 (p)	2021 (p)
Enquadramento Internacional						
PIB Mundial	tva	3,6%	3,6%	3,3%	3,4%	3,3%
Comércio Mundial	tva	5,2%	4,7%	3,7%	3,7%	3,9%
Procura Externa	tva	4,6%	3,4%	3,6%	3,8%	3,4%
Preço do Petróleo em dólares	vma	54,4	71,8	67,5	66,8	65,9
Preço do Petróleo em euros	vma	48,2	60,6	59,5	58,8	58,1

Notas: tva - taxa de variação anual (%); vma - valor médio anual

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL (2017-2021)



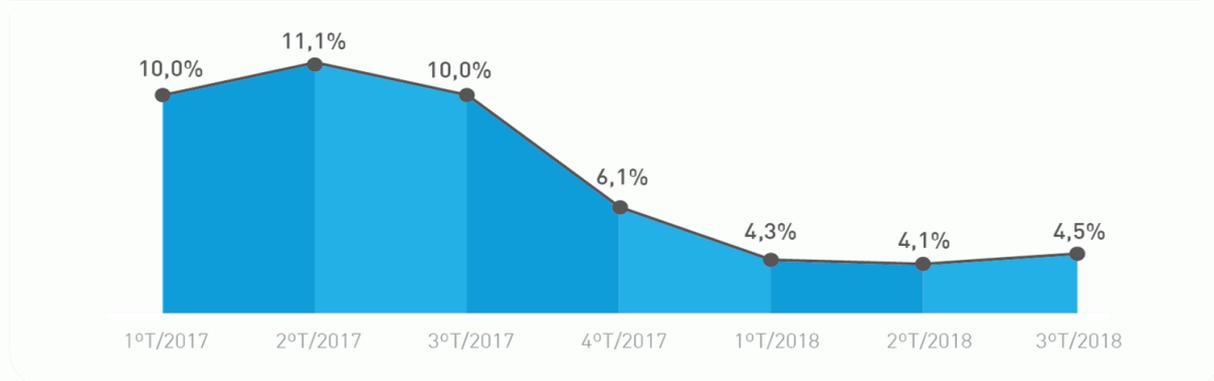
PREÇO DO PETRÓLEO (2017-2021)



PRODUTO INTERNO BRUTO (trimestral 2017-2018)



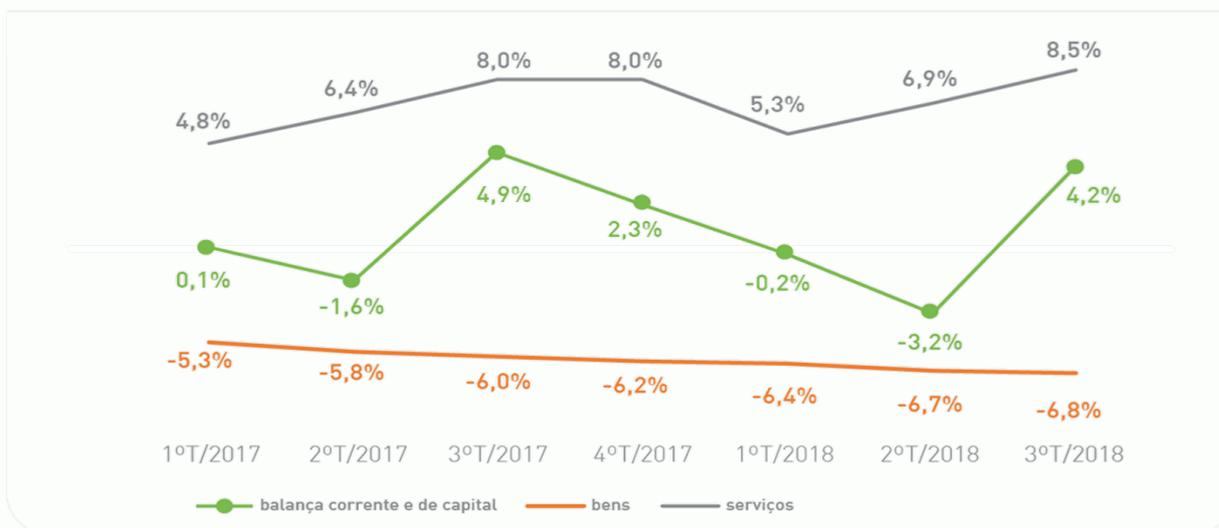
FBCF (taxa de variação homóloga) (2017-2018)



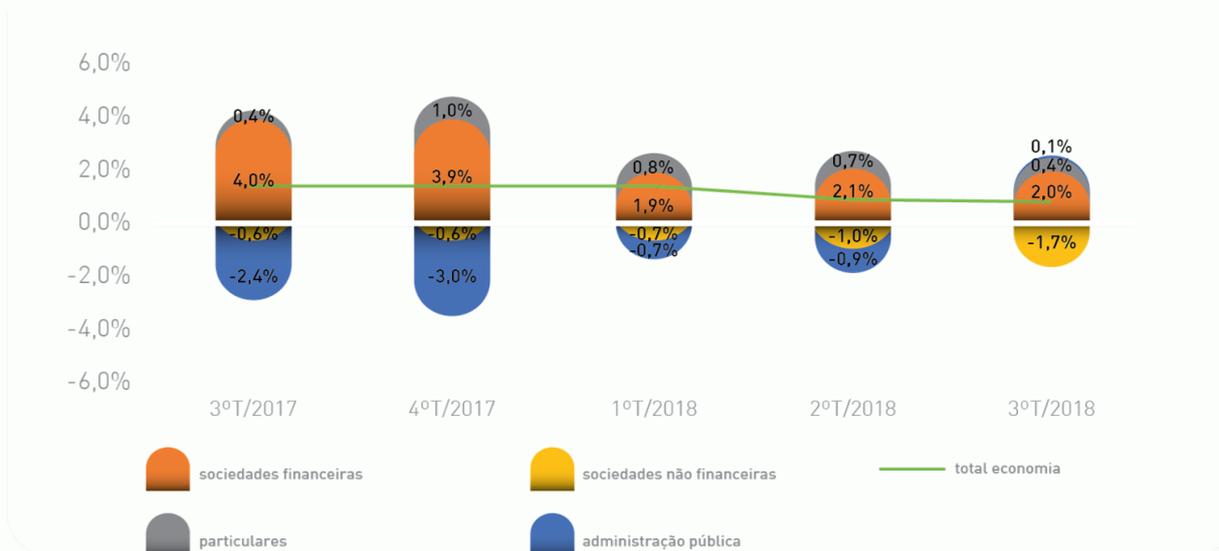
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (taxa de variação homóloga) 2017 - 2018



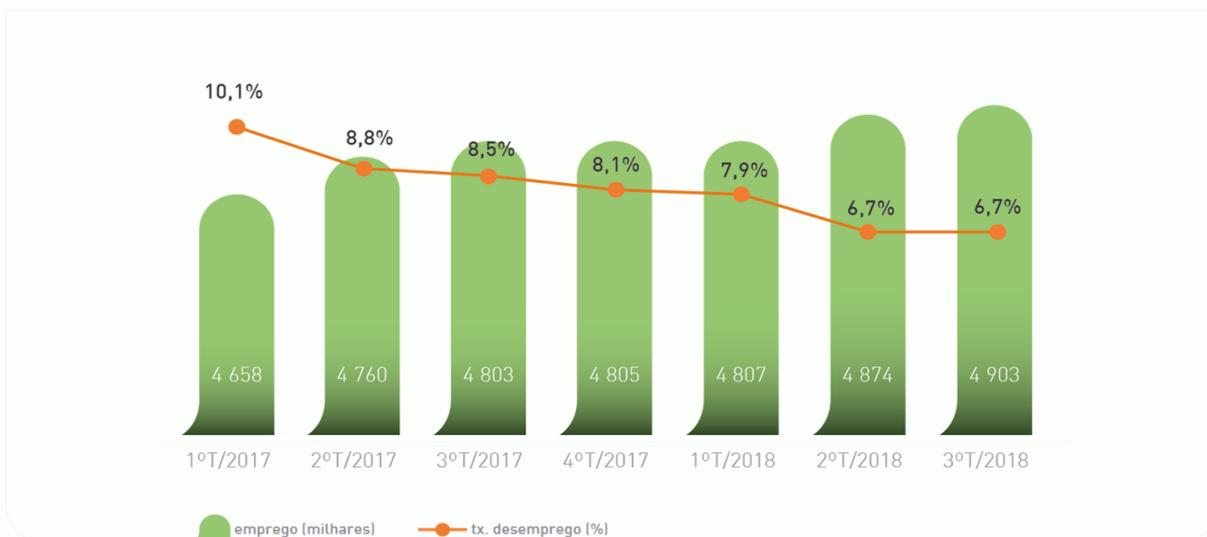
BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (valor líquido em % do PIB 2017-2018)



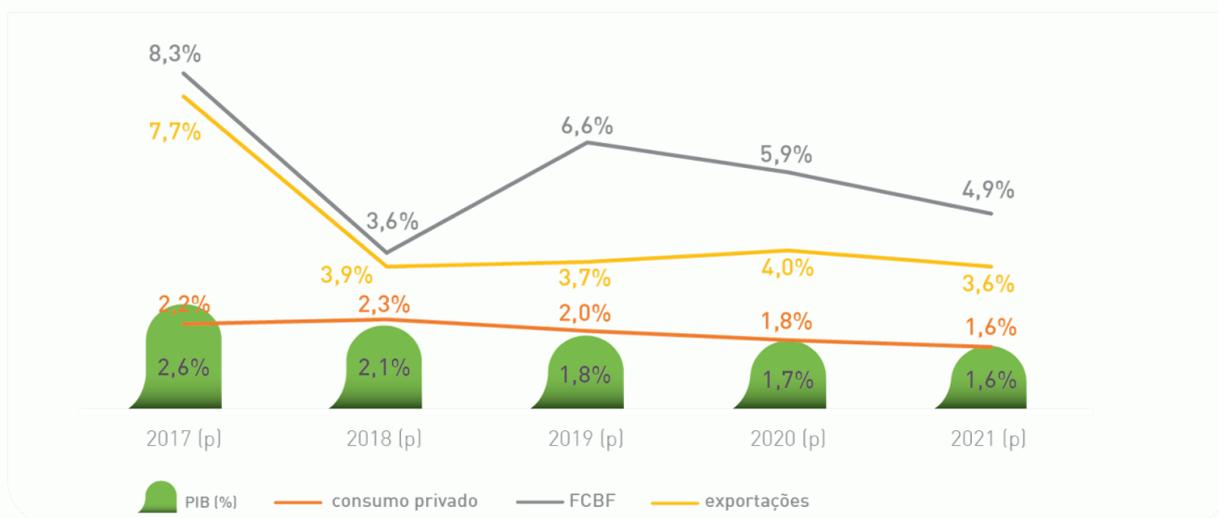
CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO (% PIB 2017-2018)



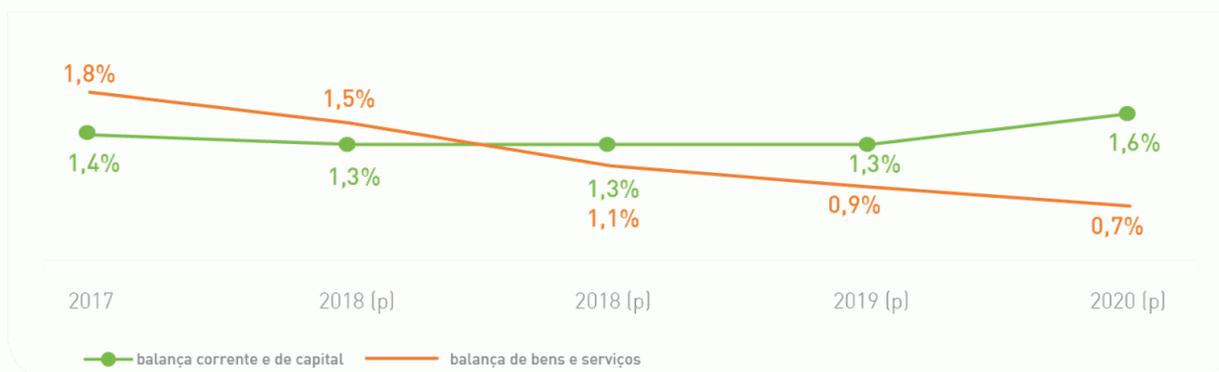
EMPREGO E TAXA DE DESEMPREGO (2017 - 2018)



EVOLUÇÃO DO PIB E COMPONENTES DA PROCURA GLOBAL (2017-2021) taxa de variação anual (%)



BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (valor líquido em % do PIB 2017-2021)



06 ENQUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

De acordo com dado da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) o mercado ambulatorio registou vendas de 1.935,4 M€ sendo um crescimento homólogo de 2,9%, o maior valor registado dos últimos 5 anos. Este crescimento resulta do crescimento das vendas em volume, em mais de 1,5%, com a dispensa de 255,1 M€ de embalagens (mais 3,8 M embalagens que 2017).

Este crescimento substancial é justificado pela entrada no mercado de novas moléculas inovadoras, o que melhoraram o acesso aos medicamentos. Também se evidencia o mesmo no mercado de genéricos pelas novas 8 DCIs.

O valor médio de mercado de medicamentos unitário nas farmácias também aumentou em cerca de 1,4%, ou seja, para 7,59 euros. No mercado de genéricos verifica-se também crescimento em termos homólogos, sendo o preço médio unitário, em 2018, de 4,88 € cerca de +2,1%.

A IMS indica as classes terapêuticas com maior aumento nas despesas sendo os anticoagulantes orais, com encargos a ascenderem a 4,6% de quota de mercado em valor, registando um crescimento homólogo de 38,4% em valor e de 39,8% em volume. A registam redução estão os Antihipertensores, que registaram uma diminuição de -5,8% em valor e de 1,1% em volume e os Antidislipidémicos que reduziram -17,5% em valor, porém cresceram 3,6% em volume.

Em 2018, no mercado hospitalar, segundo o Infarmed, os encargos com medicamentos hospitalares ascendem a 1.137,6 M€, uma variação homologa de 6,4% e a mais 69 M€ do que a igual período de 2017. Recentemente a Comissão Europeia (CE) publicou um relatório à cerca da aplicação de regras da concorrência no setor farmacêutico, o que demonstra que a lei da concorrência defende a acessibilidade ao medicamento e promove a inovação.

Estas regras da concorrência e concentrações no setor farmacêutico descrevem o modo como a concorrência contribui para melhorar o acesso dos doentes europeus a medicamentos essenciais, inovadores e a preços acessíveis.

O valor da dívida contraída por entidades públicas à Indústria Farmacêutica, por dados da APIFARMA registou uma diminuição, resultado da realização de factoring por parte de algumas empresas e do pagamento da contribuição no âmbito do Acordo Governo-APIFARMA. Apesar do valor da dívida total ter descido para os 888,8 M€, com a dívida vencida em 667,3 M€, esta continua a representar a maioria, 75% do total. Tendo o prazo médio de recebimento descido para os 325 dias continua acima do prazo definido pela Diretiva aplicável

A despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) atingiu 10.070 M€, aumentando cerca de 4,9% em 2018, face ao ano anterior. A dívida nas instituições do SNS a todos os seus fornecedores externo, em novembro de 2018, totalizava 1.948,1 M€, com 907 M€ de pagamentos em atraso. Sendo os valores mais baixo comparativamente a outubro de 2017.

De acordo com dado do INE, em Portugal, as exportações de bens da indústria farmacêutica tiveram um aumento substancial desde 2013, passando de 682 M€ para 1.067 M€ em 2018.

Segundo a mesma entidade, as exportações têm vindo a crescer de forma homóloga de ano para ano, atingindo a maior variação no ano de 2016 e em 2018 até ao 3º trimestre, o que até ao final de 2018 deverá registar um aumento maior. Ainda assim, comparativamente às importações, o valor das exportações continua bastante inferior, embora nos últimos anos essa diferença tenha vindo a diminuir.

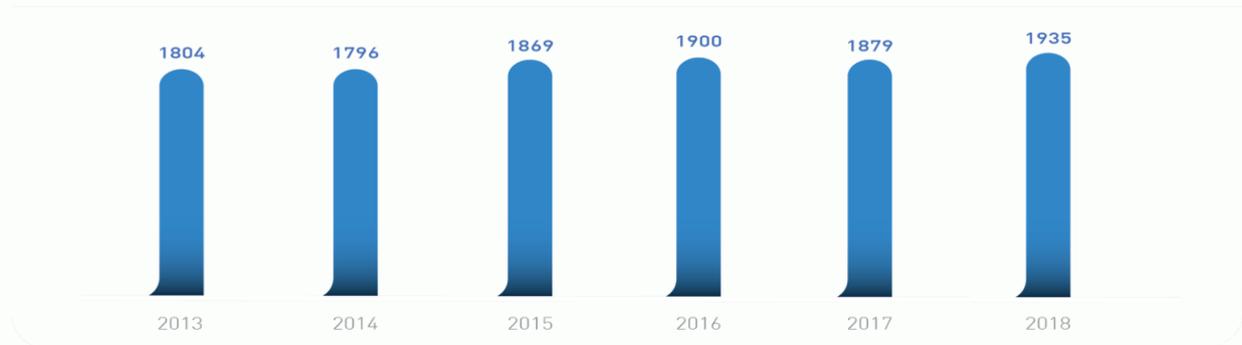
Segundo o Núcleo de Estudos e Análise da APIFARMA os principais destinos de exportação no primeiro semestre de 2017 são os 28 estados-membros da União Europeia e os EUA. Em termos de principais fornecedores são sobretudo países da União Europeia.

De acordo com o Infarmed, foram submetidos 159 ensaios clínicos em 2018, tendo obtido autorização 141, mais 16 % comparativamente ao período homólogo de 2017. Este aumento apenas tinha sido registado em 2006, quando ocorreram 160 ensaios.

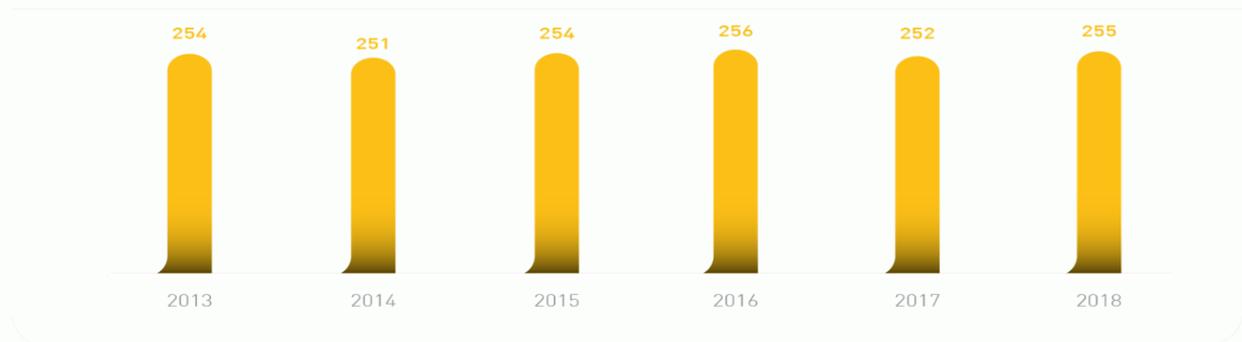
Este marco é possível pelos hospitais estarem cada vez mais organizados e equipados para desenvolver estes estudos e também devido à entrada de duas empresas que desenvolvem ensaios de “fase 1”, com indivíduos saudáveis. A conjuntura no processo negocial com a indústria farmacêutica, na comparticipação de medicamentos também é uma mais valia para este crescimento.

Fonte: INE, ACSS, SNS, ANF, OCDE, Infarmed, Apifarma

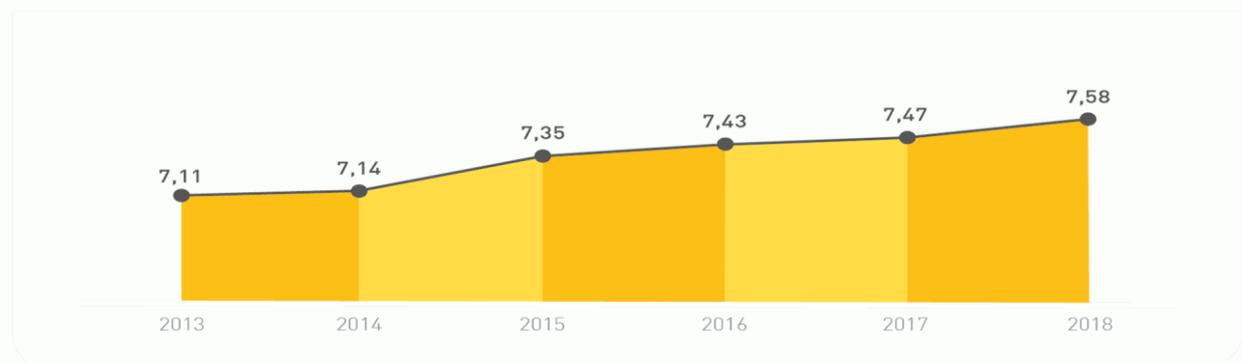
VALOR DE MERCADO (pva) - MILHÕES DE €



VOLUME DE VENDAS - MILHÕES DE EMBALAGENS



PREÇO MÉDIO UNITÁRIO (€)



EVOLUÇÃO MENSAL - VALOR EM MILHÕES DE €



EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA



EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)



RÁCIO EXP/IMP (%)



Nº ENSAIOS CLÍNICOS SUBMETIDOS



07 ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros	2018	2017	Var. %
Rendimentos operacionais	10 270 206	13 114 642	-21,7%
Resultado Bruto	3 262 761	4 249 482	-23,2%
EBITDA	658 784	1 383 607	-52,4%
margem EBITDA	6,41%	10,55%	-4,14 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	433 377	67 271	544,2%
EBIT	225 407	1 316 336	-82,9%
margem EBIT	2,19%	10,04%	-7,84 pp
Resultados financeiros	(30 499)	(53 937)	43,5%
Resultados antes de impostos	194 908	1 262 399	-84,6%
Resultado líquido do período	127 956	980 304	-86,9%

7.1 RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Em 2018, os rendimentos operacionais registaram um decréscimo de 21,7% para os 10.270.206 euros, comparativamente aos 13.114.642 euros registados no ano 2017, justificado sobretudo pela manutenção da tendência de redução nos preços de venda (concursos), situação da qual a empresa entendeu demarcar-se com a consequente perda no volume de negócios.

Da mesma forma, a cativação de despesa por parte dos hospitais, conduziu a atrasos significativos na execução dos processos de venda em concursos e com eficácia de aquisição bastante reduzida. Esta situação foi responsável pela perda de vendas, estimadas em, aproximadamente, 3 Milhões Euros e o consequente impacto na margem e nos resultados do período.

volume de negócios	2018		2017		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	5 871 901	57%	5 430 631	41%	8,1%
Medicamentos	4 124 692	40%	7 247 179	55%	-43,1%
Outros	273 613	3%	436 832	3%	-37,4%
	10 270 206	100%	13 114 642	100%	-21,7%

Em 2018, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 5.871.901 euros, registando um aumento de 8,1%, relativamente ao ano de 2017. A venda de Medicamentos ascendeu a 4.124.692 euros, registando um decréscimo significativo de 43,1%, relativamente ao ano 2017.

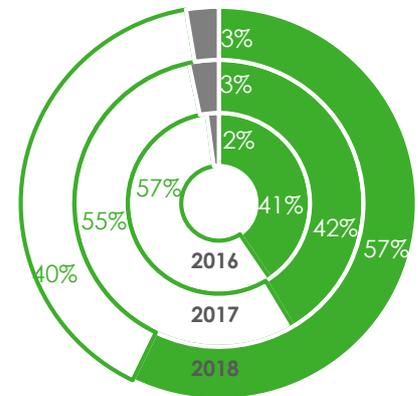
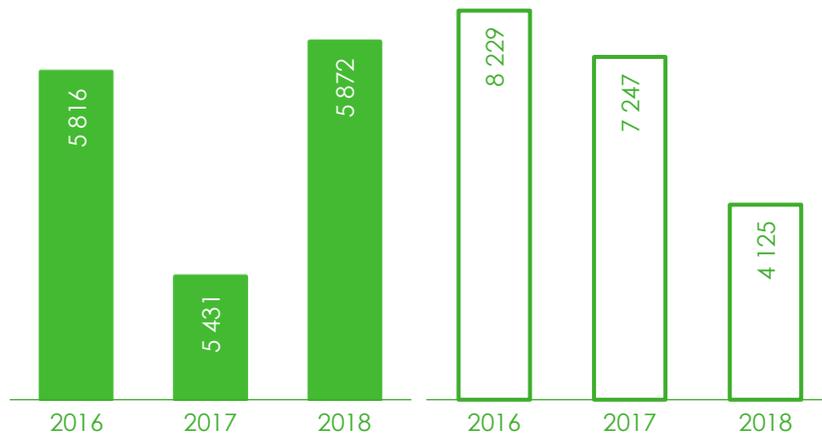
O desempenho positivo registado nas vendas de Dispositivos Médicos permitiu reforçar o contributo deste segmento para o volume de negócios, que em 2018 ascendeu a 57%, comparativamente aos 41% registados em 2017.

As vendas de Medicamentos registaram um decréscimo de 43,1% face a 2017, representando 40% do volume de negócios comparativamente aos 55% registados em 2017.

■ Dispositivos médicos
k€

□ Medicamentos
k€

■ Dispositivos médicos
□ Medicamentos
■ Outros



7.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um decréscimo de 23.2%, para 3.262.761 euros relativamente aos 4.249.482 euros, registados no ano de 2017. A margem bruta ascendeu a 31.8%, registando um ajustamento negativo de 0.6p.p. comparativamente a 2017.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um decréscimo de 52.4% para 658.784 euros evidenciando um ajustamento negativo na margem de 4.14p.p. relativamente ao ano de 2017.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um decréscimo de 82.9% para 225.407 euros, evidenciando um ajustamento negativo na margem de 7.84p.p. relativamente ao ano de 2017.

Os gastos com depreciações ascenderam a 433.377 euros, registando um aumento de 544.2% face ao ano de 2017, justificado pela depreciação dos instrumentos de cirurgia adquiridos no âmbito da parceria estabelecida com a entidade americana Globus Medical para a área de Cirurgia da Coluna.

valores em euros	2018	2017	Var. %
Juros e rendimentos similares suportados	(30 499)	(53 937)	43,5%

Em 2018, os resultados financeiros registaram um movimento positivo de 23.438 euros para 30.499 euros negativos, relativamente ao ano 2017, que havia registado 53.937 euros negativos.

7.3 INVESTIMENTO

O investimento em 2018 ascendeu a 674.903 euros, a que corresponde um acréscimo de 1.541.3% face a 2017.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 664.427 euros, registando um crescimento de 1.539.4% comparativamente a 2017, justificado pela aquisição de instrumentos de cirurgia no âmbito da parceria

estabelecida com a entidade americana Globus Medical para a área de Cirurgia da Coluna, permitindo à Overpharma o acesso a uma gama de produtos mais alargada e com soluções terapêuticas mais inovadoras.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 10.476 euros, registando um crescimento de 1.668,6% comparativamente a 2017.

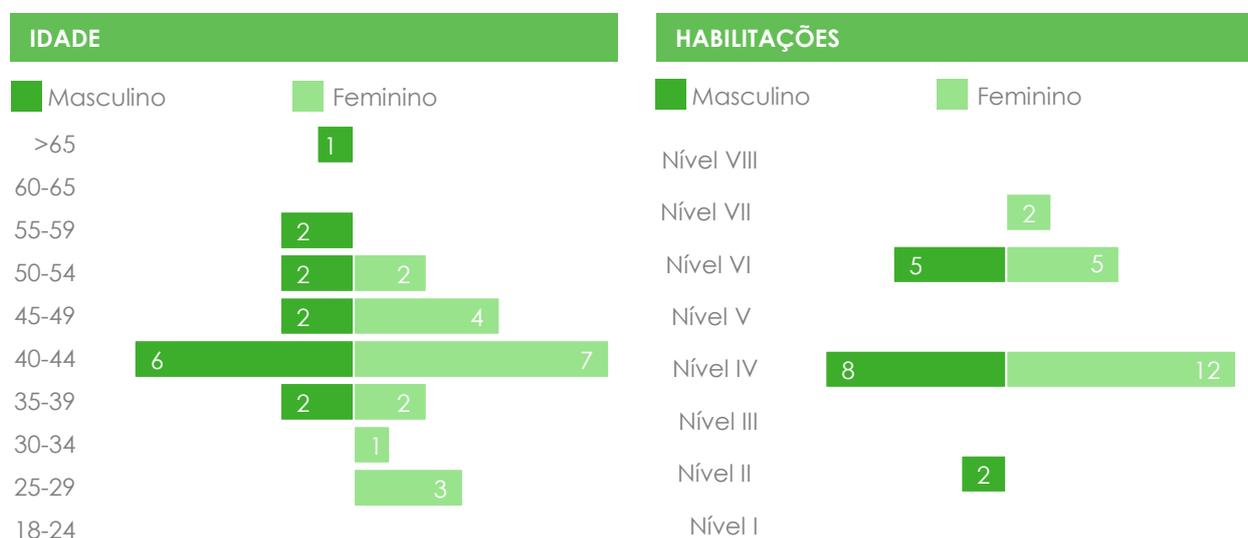
valores em euros		2018	2017	Var. %
Investimentos	Ativos fixos tangíveis	664 427	40 528	1 539,4%
	Ativos intangíveis	10 476	592	1 668,6%
		674 903	41 120	1 541,3%

7.4 RECURSOS HUMANOS

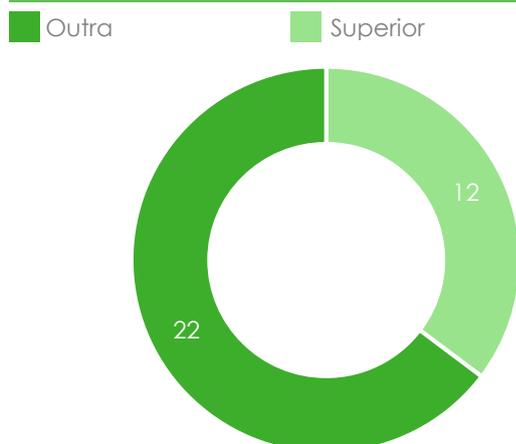
Em 2018, o número de colaboradores aumentou (+4), terminando o ano com 34 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 1.247.505 euros, o que se traduziu num crescimento de 15%, comparativamente ao ano 2017.

Em 2018, registou-se um ajustamento negativo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo decréscimo de 45% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2017.

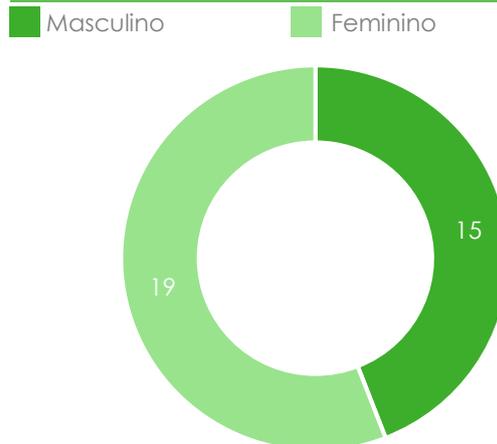
valores em euros	2018	2017
Número de trabalhadores no final do período	34	30
Número médio de trabalhadores ao longo do período	33	29
Idade média dos trabalhadores	44	41
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	5,8	5,9
Horas de formação totais	315,0	385,0
Média de horas de formação por trabalhador	9,26	12,83
Gastos com o pessoal	1 247 505	1 084 371
Gastos médios por trabalhador	36 691	36 146
VAB por trabalhador	48 689	88 509
Taxa geral de absentismo	2,0%	3,9%



HABILITAÇÕES 2018



GÉNERO 2018



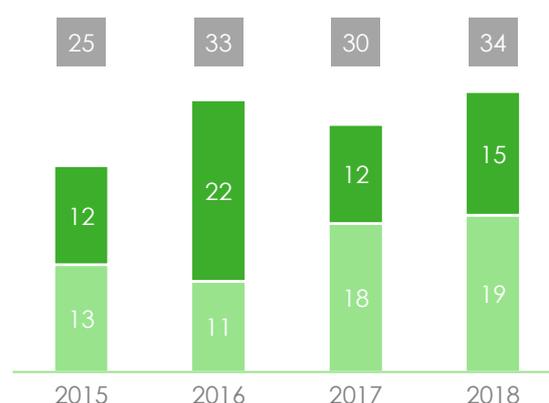
GASTOS COM PESSOAL

Gasto c/ pessoal VAB/ colaborador



N.º COLABORADORES

Masculino Feminino Total



7.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2018	Peso%	2017	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	262 307	1,9%	26 646	0,1%	884,4%
Outros ativos não correntes	5 287	0,0%	3 365	0,0%	57,1%
Inventários	5 583 472	40,0%	6 479 879	35,3%	-13,8%
Devedores correntes	7 788 001	55,9%	11 741 085	63,9%	-33,7%
Disponibilidades e equivalentes	303 421	2,2%	131 605	0,7%	130,6%
Ativo Total	13 942 487	100,0%	18 382 579	100,0%	-24,2%
Capital Próprio	11 913 906	85,5%	11 785 950	64,1%	1,1%
Outros passivos correntes	2 021 517	14,5%	6 595 515	35,9%	-69,4%
Divida correntes	7 064	0,1%	1 114	0,0%	533,9%
Passivo Total	2 028 581	14,5%	6 596 630	35,9%	-69,2%

O ativo total a 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 13.942.487 euros, face a 18.382.579 euros em dezembro de 2017. O ativo é composto maioritariamente por mercadorias, clientes e outras contas a receber, representando, em 2018, 40%, 19% e 36% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 11.785.950 euros para 11.913.906 euros em 31 de dezembro de 2018. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2018, que ascendeu a 127.956 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2018, nos 85.5%, face aos 64.1% em 2017. A empresa reforçou a posição financeira, incrementando a capacidade de solver as obrigações com recurso aos capitais próprios que registaram um crescimento de 1.1%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2018 ascendeu 2.028.581 euros, face a 6.596.630 euros em dezembro de 2017. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores representando 80% do passivo total em 2018.

Em 2018, o fundo de maneo ascendeu a 11.646.312 euros registando um ajustamento negativo de 0.9% comparativamente a 2017. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 11.349.955 euros, registando um ajustamento positivo de 2.4% comparativamente a 2017, com o desinvestimento em necessidades de fundo de maneo a ascender a 275.493 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 94 dias, face aos 112 dias calculado em 2017. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 79 dias, face aos 58 dias calculado em 2017. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 291 dias, face aos 267 dias calculado em 2017.

valores em euros	2018	2017	Var. %
Ativos não correntes	267 594	30 011	791,7%
Capitais próprios	11 913 906	11 785 950	1,1%
Fundo de maneo	11 646 312	11 755 939	-0,9%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	13 371 473	18 220 964	-26,6%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	2 021 517	6 595 515	-69,4%
Necessidades de fundo de maneo	11 349 955	11 625 449	-2,4%
Caixa e equivalentes de caixa	303 421	131 605	130,6%
Dívida financeira corrente	7 064	1 114	533,9%
Tesouraria líquida	296 357	130 490	127,1%

Em 2018, a empresa não contratou novas operações de financiamento, evidenciando apenas o montante em dívida referente à utilização de cartões de crédito, cujo montante ascendeu a 7.064 euros, comparativamente aos 1.114 euros registados em 2017.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, no âmbito da gestão de tesouraria, recorre a factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período.

O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2018 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2018	2017	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	658 784	1 383 607	-52,4%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

7.6

INDICADORES DESEMPENHO

	2018	2017	Var.
Económicos			
EBITDA	658 784	1 383 607	-52,4%
EBIT	225 407	1 316 336	-82,9%
EBITDA %	6,4%	10,6%	-4,1 pp
EBIT %	2,2%	10,0%	-7,8 pp
VAB	1 655 417	2 655 270	-37,7%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,1%	8,3%	-7,2 pp
Rentabilidade do Ativo	0,9%	5,3%	-4,4 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	2,2%	10,0%	-7,8 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	85,5%	64,1%	21,3 pp
Solvabilidade	5,87	1,79	4,09
Debt to Equity	0,00	0,00	0,0
Leverage	0,1%	0,0%	0,0 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM) >1	44,52	392,72	-348,2
Liquidez			
Liquidez Geral	6,7	2,8	4,0
Liquidez Reduzida	4,0	1,8	2,2
Liquidez Imediata	0,1	0,0	0,1
Atividade (dias)			
PMP	79	58	21
PMR	94	112	-18
PMS	291	267	24

08

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registrar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

09

OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

10

PERSPETIVAS

Área de Medicamentos

Em 2019, com a entrada em funcionamento da nova unidade de produção industrial do grupo (fabrico de Soluções de Grande e Pequeno Volume), é expectável que o segmento de negócios da área farmacêutica venha a conhecer um impulso significativo.

Espera-se que a nova unidade venha ainda a ter impacto nas vendas de 2019. Se tudo correr como previsto, este aumento da capacidade de produção industrial, conjuntamente com um melhor controlo da componente do custo de fabrico, irá certamente refletir-se num aumento da capacidade competitiva da empresa, contribuindo também seguramente para uma maior margem de negócio.

Área de Dispositivos Médicos de Consumo

Esta área irá ter uma reformulação do seu segmento de vendas em 2019, na qual em algumas gamas de produtos passarão ao regime de "Commodity" em que somente o preço é valorizado. A criação de um segmento de "promoção" com produtos de valor acrescentado será enquadrada num plano de trabalho de promoção intensa por parte da nossa equipa comercial.

Simultaneamente, está prevista a abertura de "novos" segmentos de negócio com novas representações e redefinição da gama a promover das atuais representadas.

O crescimento previsto do volume de negócios deste segmento é de 12%.

Área de Dispositivos Médicos de oftalmologia

Neste segmento de negócio espera-se um crescimento de 8% relativamente ao ano anterior, mantendo-se o segmento de produtos bastante estável.

Área de Dispositivos Médicos de Traumatologia, Feridas, Tecidos Biológicos e Vídeo-intubação

Apesar de continuar a haver alguma erosão no preço de alguns produtos, espera-se que este segmento de negócio contribua com um aumento de vendas na ordem dos 18%.

Algumas das atuais representadas irão introduzir novos produtos, o que nos propiciará a entrada em segmentos de negócio em outras áreas terapêuticas.

Dispositivos Médicos da área de implantes de Coluna e Neurocirurgia

A aquisição do nosso principal parceiro de negócio na área de Cirurgia da Coluna pela também americana Globus Medical, vai seguramente representar um impacto positivo nas vendas dos próximos anos.

Uma vez que a Globus Medical apresenta uma gama de produto mais vasta e com soluções significativamente mais inovadoras, passaremos agora a ter acesso a outras soluções terapêuticas.

Espera-se já em 2019 que esta transição aporte algum crescimento de vendas para a Overpharma, as quais se estimam que rondem os 6% a 8%. O período de transição para os novos instrumentais só estará concluído no segundo semestre do ano, mas as bases ficarão bem lançadas para uma melhor penetração de mercado no futuro a curto prazo.

Dispositivos Médicos dos segmentos de Cardiologia, Biopsia, Biopsia Mamária por Vácuo e Endovascular

Este segmento de negócio arranca em definitivo no ano de 2019 e dele se espera vendas de cerca de dois milhões de Euros, os quais vão contribuir significativamente para o crescimento dos resultados da empresa.

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 127.956,48 euros, registado no período de 2018, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 127.956,48 euros

12

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2018. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 04 de março de 2019

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)



Informação
Societária

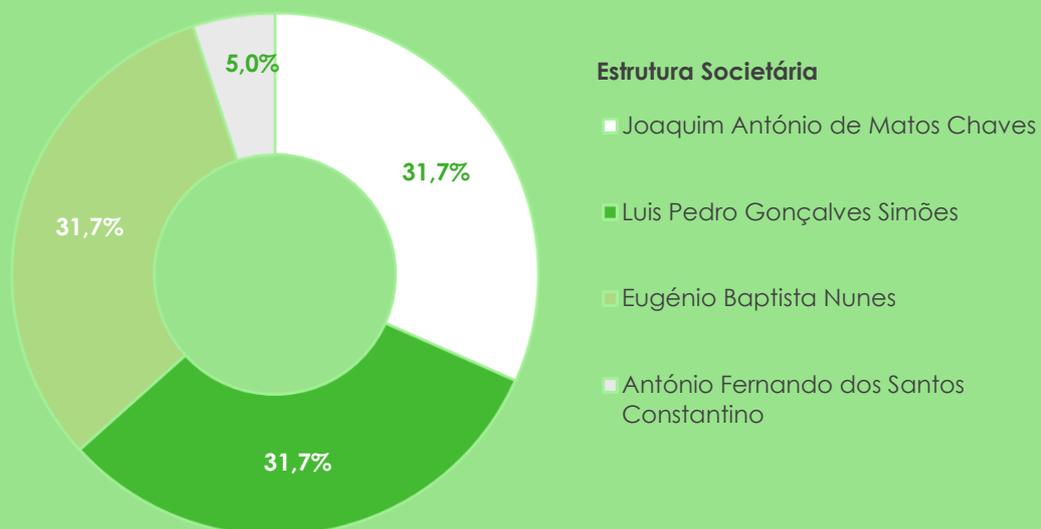
| 03

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

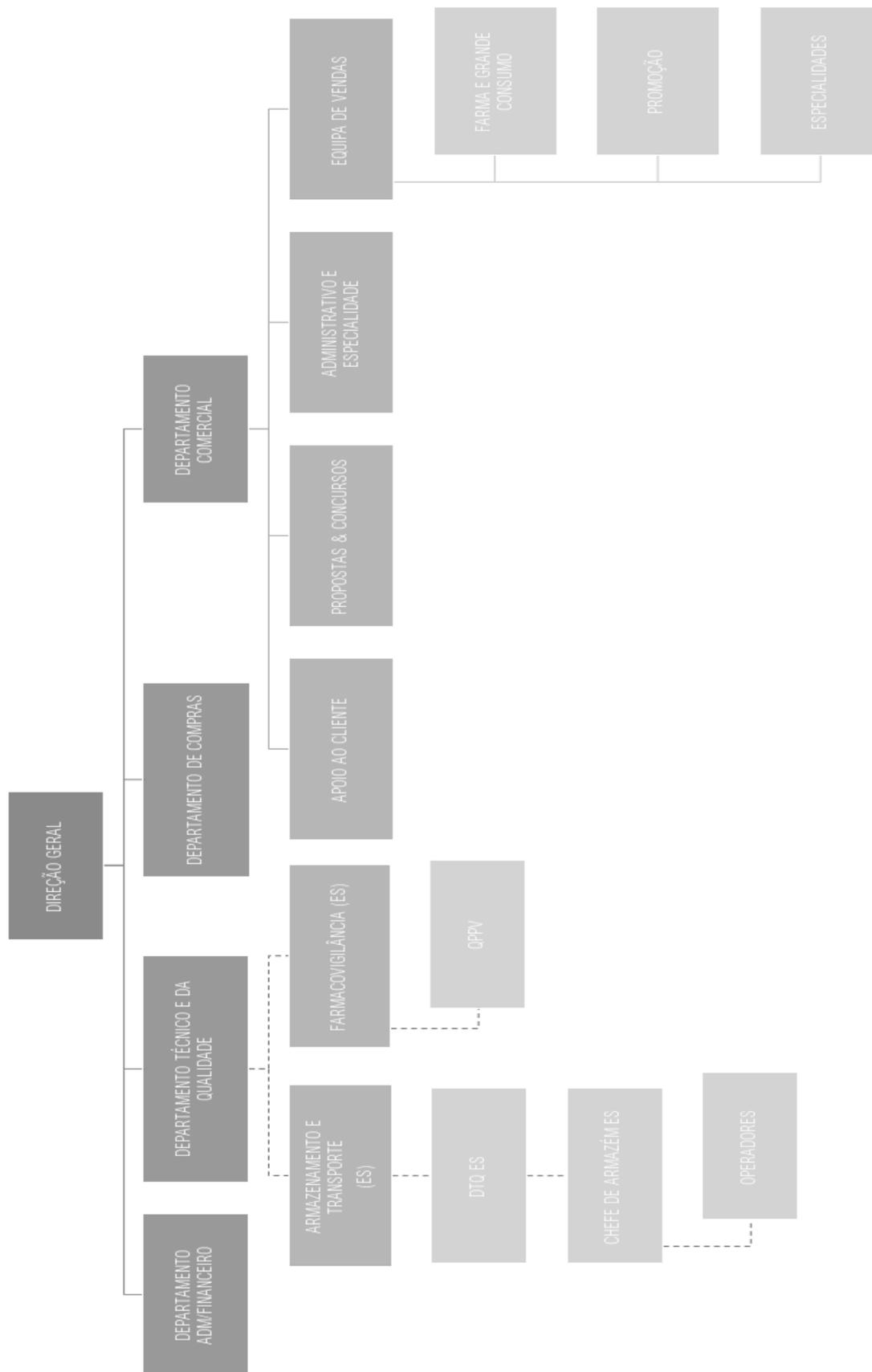
GERÊNCIA

Eugénio Baptista Nunes
Joaquim António de Matos Chaves
Luís Pedro Gonçalves Simões

02 ESTRUTURA SOCIETÁRIA



03 ORGANOGRAMA





Informação
Financeira

| 04



Demonstrações
Financeiras

| 04.1

Demonstração de resultados por natureza para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

valores em euros	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	20	10 270 206	13 114 642
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	21	(7 007 445)	(8 865 159)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 630 043)	(1 621 389)
Gastos com pessoal	23	(1 247 505)	(1 084 371)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	48 264	7 747
Aumentos/Reduções de justo valor	7	-	4
Outros rendimentos	24	780 930	224 950
Outros gastos	25	(555 622)	(392 817)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		658 784	1 383 607
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(433 377)	(67 271)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		225 407	1 316 336
Juros e gastos similares suportados	27	(30 499)	(53 937)
Resultado antes de impostos		194 908	1 262 399
Imposto sobre rendimento do período	28	(66 952)	(282 095)
Resultado líquido do período		127 956	980 304

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017

valores em euros	Notas	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	257 005	26 646
Ativos intangíveis	6	5 302	-
Outros investimentos financeiros	7	3 849	3 353
Ativos por impostos diferidos	8	1 439	12
		267 594	30 011
Ativo corrente			
Inventários	9	5 583 472	6 479 879
Clientes	10	2 647 672	4 040 011
Estado e outros entes públicos	11	151 101	54 212
Outros créditos a receber	12	4 969 471	7 629 504
Diferimentos	13	19 757	17 357
Caixa e depósitos bancários	4	303 421	131 605
		13 674 893	18 352 568
Total do ATIVO		13 942 487	18 382 579
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	250 000	250 000
Reservas legais	15	58 395	58 395
Resultados transitados	16	11 477 555	10 497 250
Resultado líquido do período	DR	127 956	980 304
Total do Capital Próprio		11 913 906	11 785 950
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 624 034	1 562 716
Estado e outros entes públicos	11	168 222	81 715
Financiamentos obtidos	17	7 064	1 114
Outras dívidas a pagar	19	229 261	4 951 084
		2 028 581	6 596 630
Total do Passivo		2 028 581	6 596 630
Total do Capital Próprio e do Passivo		13 942 487	18 382 579

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

valores em euros	Notas	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	10,20	10 455 142	13 633 751
Pagamentos a fornecedores	18,21,22	(8 205 075)	(12 069 249)
Pagamentos ao pessoal	19,23	(622 767)	(520 964)
Caixa gerada pelas operações		1 627 300	1 043 538
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(400 783)	(189 810)
Outros recebimentos/pagamentos	12,19	(838 471)	(935 057)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	388 045	(81 329)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5,19	(1 58 942)	(39 747)
Ativos intangíveis	6,19	(2 237)	(729)
Investimentos financeiros	7	(1 638)	(1 826)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	7	1 000	2 828
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(161 817)	(39 474)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(17 712)	(19 275)
Juros e gastos similares	27	(30 499)	(53 937)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(48 211)	(73 212)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	178 017	(194 015)
Efeito das diferenças de câmbio	24,25	(6 201)	(35)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	131 605	325 655
Caixa e seus equivalentes no fim do período		303 421	131 605

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstrações das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

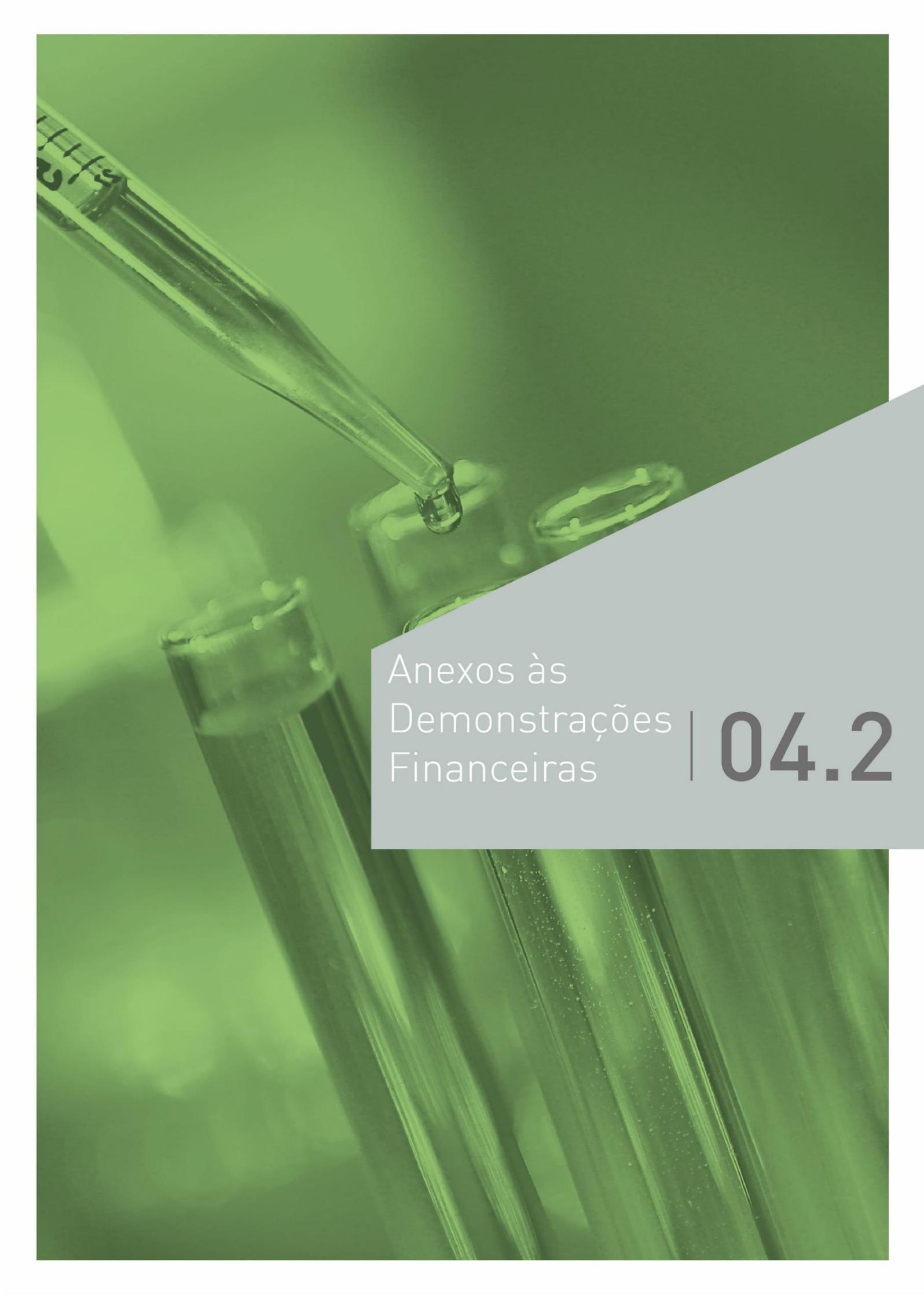
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	250 000	58 395	9 265 371	1 231 879	10 805 646
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	1 231 879	(1 231 879)	-
	2	-	-	1 231 879	(1 231 879)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				980 304	980 304
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(251 575)	980 304
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	5=1+2+3	250 000	58 395	10 497 250	980 304	11 785 950

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	250 000	58 395	10 497 250	980 304	11 785 950
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	980 304	(980 304)	-
	7	-	-	980 304	(980 304)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				127 956	127 956
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(852 348)	127 956
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	10=6+7+8	250 000	58 395	11 477 555	127 956	11 913 906

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência



Anexos às
Demonstrações
Financeiras

| 04.2

01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505792362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

Referencial Contabilístico

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo

Internacional Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4

Outros investimentos financeiros

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.5

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é custo médio ponderado. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários

para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de conversão (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

3.6

Clientes e outros valores a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em caso de não pagamento por partes dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

3.7

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.8

Capital subscrito e não realizado

De acordo com a NCRF nº 27, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado".

3.9

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.10

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.11

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo "Capital subscrito e não realizado".

3.12

Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.13

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.14

Empréstimos Bancários e Gastos com Juros

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;

- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.15

Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado.

3.16

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.17

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.18

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.19

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama e derrama estadual, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.20

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.21

Outras políticas contabilísticas relevantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de

ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.22

Juizes de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Valorização da produção;
- Ativos por impostos diferidos
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são os seguintes:

	31-dez-2018	31-dez-2017
Caixa - Euros	58	152
	58	152
Depósitos à ordem - Euros	303 092	131 195
Depósitos à ordem - Dólares	270	258
	303 362	131 453
Total de caixa e depósitos bancários	303 421	131 605

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte: (ver nota 26)

	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-17
Custo:					
Edifícios e outras construções	22 464	-	-	-	22 464
Equipamento básico	268 875	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	82 419	16 829	(10 275)	11 094	100 067
Outros ativos fixos tangíveis	736 212	23 699	(21 399)	-	738 512
Ad. p/ conta ativos fixos tangíveis	11 094	-	-	(11 094)	-
	1 121 065	40 528	(31 673)	-	1 129 919
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	12 769	490	-	-	13 260
Equipamento básico	268 875	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	74 997	26 917	(10 275)	-	91 639
Outros ativos fixos tangíveis	715 953	34 944	(21 399)	-	729 498
	1 072 595	62 351	(31 673)	-	1 103 273
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	48 470	(21 823)	-	-	26 646

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-18
Custo:					
Edifícios e outras construções	22 464	13 486	-	111 003	146 953
Equipamento básico	268 875	9 994	(256 526)	-	22 344
Equipamento administrativo	100 067	7 598	(8 179)	-	99 486
Outros ativos fixos tangíveis	738 512	522 347	(511 720)	-	749 139
Ativos fixos tangíveis em curso	-	111 003	-	(111 003)	-
	1 129 919	664 427	(776 424)	-	1 017 922
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13 260	2 759	-	-	16 019
Equipamento básico	268 875	999	(256 526)	-	13 349
Equipamento administrativo	91 639	8 033	(7 029)	-	92 643
Outros ativos fixos tangíveis	729 498	416 412	(507 005)	-	638 906
	1 103 273	428 204	(770 559)	-	760 917
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	26 646	236 224	(5 865)	-	257 005

06

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2017		
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-17
Custo			
Software	58 865	592	59 458
Propriedade industrial	147 850	-	147 850
	206 715	592	207 307
Depreciações Acumuladas			
Software	54 538	4 920	59 458
Propriedade industrial	147 850	-	147 850
	202 387	4 920	207 307
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	4 328	(4 328)	-

	31 de dezembro de 2018		
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-18
Custo			
Programa de computador	59 458	4 057	63 514
Propriedade industrial	147 850	6 419	154 269
	207 307	10 475,63	217 783
Depreciações Acumuladas			
Programa de computador	59 458	3 034	62 492
Propriedade industrial	147 850	2 139	149 989
	207 307	5 174	212 481
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	5 302	5 302

Ver nota 26

07

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho.

	31-dez-18	31-dez-17
	Não corrente	Não corrente
Outras empresas		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira, C.R.L.	-	1 000
Fundos de Compensação do Trabalho	3 849	2 353
	3 849	3 353

08

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2017		
	Saldo em 01-jan-17	Reversão	Saldo em 31-dez-17
		Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	4 686	(4 675)	12
	4 686	(4 675)	12
	31 de dezembro de 2018		
	Saldo em 01-jan-18	Reversão	Saldo em 31-dez-18
		Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	12	1 427	1 439
	12	1 427	1 439

09

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
Mercadorias	5 583 472	6 479 879
	5 583 472	6 479 879

Ver nota 21

10

CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2018	31-dez-2017
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	2 647 672	4 040 011
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	298 000
	2 897 281	4 338 011
Perdas por imparidade acumuladas	(249 609)	(298 000)
	2 647 672	4 040 011

	31-dez-2018		31-dez-2017	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	2 638 070	9 602	4 022 202	17 810
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	-	298 000	-
	2 887 679	9 602	4 320 202	17 810

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades em dívidas a receber	31-dez-2018	31-dez-2017
Saldo a 1 de Janeiro	298 000	305 747
Aumento	11 696	105
Reversão	(60 088)	(7 852)
	249 609	298 000

11

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-2018	31-dez-2017
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	151 101	54 212
	151 101	54 212
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	121 585	39 853
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	19 040	19 946
Segurança Social	27 317	21 738
Fundo de compensação do trabalho	281	178
	168 222	81 715

12

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2018	31-dez-2017
	Corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	196 694	87 489
Saldos devedores de fornecedores de investimentos	-	1 800
Devedores por acréscimos de rendimentos	26 340	1 125
Factoring	4 737 258	7 516 640
Outros devedores	9 179	22 451
	4 969 471	7 629 504

13

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-2018	31-dez-2017
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	14 733	13 700
Outros gastos a reconhecer	5 024	3 657
	19 757	17 357

14

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Durante o período de 2018 não se verificaram movimentos nesta rubrica, sendo o seu saldo em 31 de dezembro de 2018 de 58.395,32 euros.

16

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2017, no montante de 980.304,17 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

17

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Na rubrica de financiamentos obtidos o montante de 7.064 euros é referente ao saldo de cartões de crédito.

18

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2018	31-dez-2017
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	1 624 034	1 562 716
	1 624 034	1 562 716

	31-dez-2018		31-dez-2017	
	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 123 227	500 807	1 070 240	492 476
	1 123 227	500 807	1 070 240	492 476

19

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2018	31-dez-2017
	Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	5 697	6 605
Fornecedores de investimentos	26 493	14 237
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Remunerações a liquidar	154 156	156 953
Outros credores por acréscimo de gastos	41 405	55 987
Factoring	-	4 716 426
Cartões	5	-
Outras dívidas a pagar	1 506	877
	229 261	4 951 084

20

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2017		
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	13 106 242	8 400	13 114 642
	13 106 242	8 400	13 114 642

	2018		
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	10 238 134	32 072	10 270 206
	10 238 134	32 072	10 270 206

21

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é detalhado como segue:

	2018	2017
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários iniciais	6 479 879	6 996 520
Compras	5 884 195	8 295 777
Regularizações	226 842	52 741
Inventários Finais	5 583 472	6 479 879
C.M.V.M.C.	7 007 445	8 865 159

Ver nota 9

22

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Trabalhos especializados	1 106 222	1 117 181
Rendas e alugueres	124 833	112 124
Despesas de representação	73 685	50 459
Deslocações e estadas	45 530	38 007
Seguros	44 318	45 050
Combustíveis	43 463	34 790
Transporte de mercadorias	39 820	49 251
Honorários	38 520	80 406
Conservação e reparação	27 453	21 860
Outros serviços	20 112	16 730
Publicidade e propaganda	18 782	9 422
Outros	47 305	46 109
	1 630 043	1 621 389

23

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	119 000	119 000
Remunerações do pessoal	889 118	756 371
Indemnizações	3 649	2 961
Encargos sobre remunerações	214 070	191 701
Seguros	8 334	9 468
Outros gastos com pessoal	13 335	4 869
	1 247 505	1 084 371

O número médio de colaboradores em 2018 foi de 33 e no período de 2017 de 29.

24

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	19 517	33 507
Descontos de pronto pagamento obtidos	841	2 502
Recuperação de dívidas a receber	426	-
Ganhos em inventários	173 797	1 173
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1 447	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	2 672
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	502 269	36 086
Outros rendimentos e ganhos	82 632	149 011
	780 930	224 950

25

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	2018	2017
Perdas em inventários	253 177	43 379
Impostos	26 825	60 445
Gastos e perdas em inv. não financeiros	1 151	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	211 987	266 730
Dívidas Incobráveis	14 409	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	16 758	1 351
Outros gastos e perdas	31 316	20 911
	555 622	392 817

26

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2018 e de 2017 são os seguintes:

	2018	2017
	Gastos	Gastos
Ativos fixos tangíveis	428 204	62 351
Ativos intangíveis	5 174	4 920
	433 377	67 271

Ver nota 5 e 6

27

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	30 499	53 937
Resultados financeiros	(30 499)	(53 937)

28

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhado com segue:

	2018	2017
Imposto Corrente	68 379	277 420
Imposto Diferido	(1 427)	4 675
	66 952	282 095

No período de 2018 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 12.433,45 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 3.300,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2017 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 7.798,00 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 2.950,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

29

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

A natureza do relacionamento com as outras partes relacionadas, descritas no quadro infra, é estabelecido por força do pessoal chave da gestão.

Referência	Denominação	Sede	% Capital
Sócios	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	31,7%
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	31,7%
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	31,7%
	António Fernando dos Santos Constantino	Portugal	5,0%
Pessoal chave da gestão (Overpharma)	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	
Outras partes relacionadas (Pessoal chave da gestão)	Paracélsia - Indústria Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	Portugal	
	FHC - Farmacêutica, SA	Portugal	
	Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	Portugal	
	Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	Portugal	
	Zeone - Informática, Lda	Portugal	
	Cristravel - Viagens e Turismo, Lda	Portugal	
	Actrádia - Consultoria, Lda	Portugal	
	Isis - SGPS, S.A.	Portugal	
	Actrádia, S.A.	Portugal	
	Worldrugs, Lda	Portugal	
	Laphysan	Espanha	
	Private Atlantic, Sgps, S.A.	Portugal	
Senhora da Ribeira - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Portugal		

Transações	2018	2017
Vendas e prestação de serviços		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	104 896	32 271
FHC - Farmacêutica, SA	81 799	201 172
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	3 007	11 699
	189 702	245 142
Compras e aquisição de serviços		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	101 218	2 220 482
FHC - Farmacêutica, SA	2 723 263	3 756 705
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	1 468	2 068
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	7 923	9 482
Zeone - Informática, Lda	49 939	39 811
Cristravel - Viagens e Turismo, Lda	14 900	15 110
Laphysan	56 990	-
Actrádia - Consultoria, Lda	235 019	229 721
	3 190 719	6 273 380

Saldos	2018	2017
Contas a receber		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	174 026	133
FHC - Farmacêutica, SA	9 602	17 677
	183 628	17 810
Contas a pagar		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	261 939
FHC - Farmacêutica, SA	447 729	199 912
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	613	-
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	895	818
Zeone - Informática, Lda	35 188	14 650
Cristavel - Viagens e Turismo, Lda	410	-
Actrália Consultoria	37 169	16 120
	522 004	493 438

30

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

30.1

Atualização da divulgação acerca de condições à data do Balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

31

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade, tendo já contactado os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

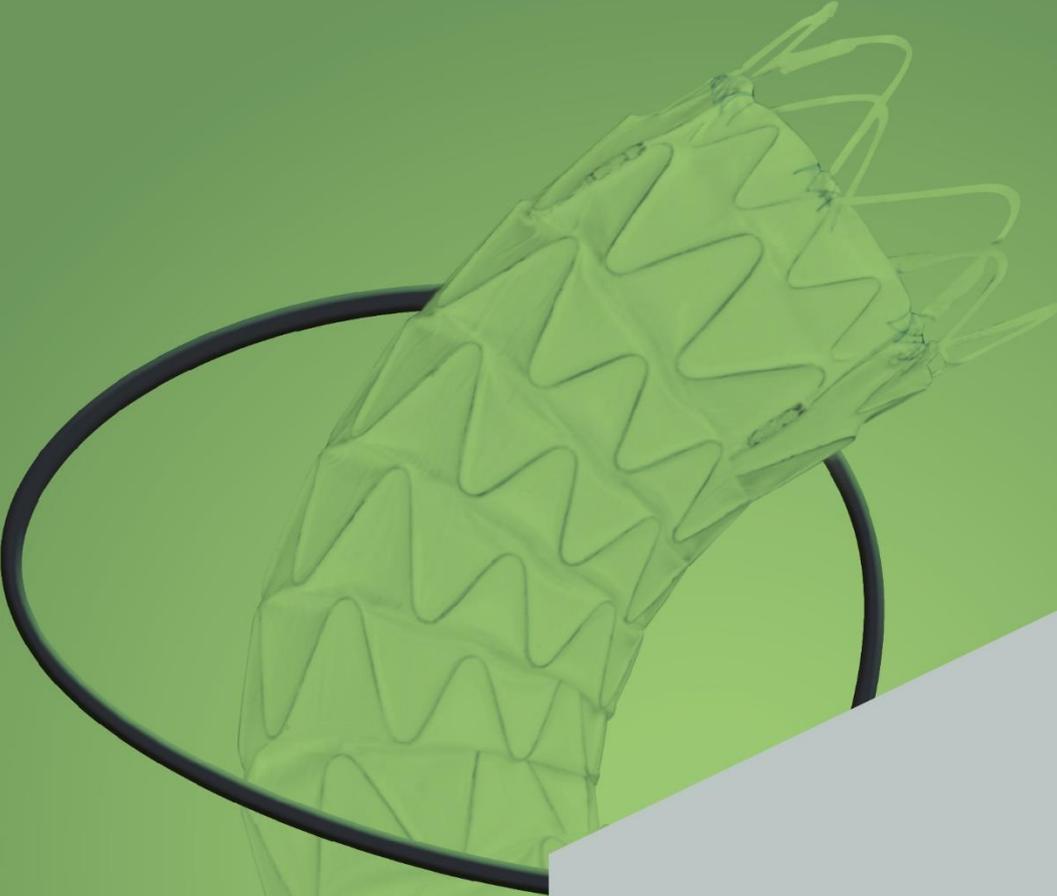
O Contabilista Certificado

A Gerência



Relatórios
de Fiscalização

| 05



Certificação
Legal de Contas | **05.1**



Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 323

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.** (a Entidade), que compreendem:

- o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de **13.942.487,46** euros e um total de capital próprio de **11.913.906,32** euros, incluindo um resultado líquido de **127.956,48** euros),
- a demonstração dos resultados por naturezas,
- a demonstração do rendimento integral,
- a demonstração das alterações no capital próprio, e
- a demonstração dos fluxos de caixa,

relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Passiva

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 323

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 323

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 7 de março de 2019

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.

Inscrita na lista da SROC sob o n.º 323
Contribuinte n.º 514 678 747

Sede: R. do Campo Alegre, 1306, 5.ª Sala 509 – 4150-174 Porto
Escrit.: R. António Alves Martins, 14 – 3.ª Sala BD – 3500-078 Viseu

Telef.: 232 426 834 • Telem.: 917 238 784

António Nuno Oliveira
Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda, representada por:

António Nuno Mendes Marques de Oliveira – ROC n.º 906

Sede: Rua do Campo Alegre, número 1306, 5.ª Sala 509 - Porto, freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho de Porto
Escritório: R. Ant.º Alves Martins, nº 14-3.ª Sala BD - 3500 Viseu Telef. 232 42 68 34 Fax 232 436 093 Telemóvel 91 723 87 84